REGRAS NA ESCOLA: CONCEPÇÕES DOS PARTICIPANTES DE UM CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Camila Fernanda Dias Pavaneli[1], Izabella Alvarenga Silva[2], Luciana Aparecida Nogueira da Cruz[3], Andressa Carolina Scandelai Parra[4]

[1]Mestranda do Programa Multidisciplinar Interunidades "Ensino e Processos Formativos" pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de São José do Rio Preto/Ilha Solteira e Jaboticabal. E-mail: camilapavaneli@yahoo.com.br
[2]Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP).
[3]Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Marília. Docente do Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de São José do Rio Preto.
[4]Mestranda do Programa Multidisciplinar Interunidades "Ensino e Processos Formativos" pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de São José do Rio Preto/Ilha Solteira e Jaboticabal.

RESUMO

Gestores, professores, alunos e suas famílias, reconhecem a importância das regras para o convívio no ambiente escolar, mas acreditam que a imposição de normas e regras relacionadas a disciplina e ao controle do comportamento da criança é o caminho para educar moralmente. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa foi investigar as concepções iniciais e finais de participantes de um curso de extensão de formação continuada sobre trabalho com regras. A análise dos dados se deu mediante procedimentos qualitativos de categorização e análise de conteúdo, os resultados indicaram que as concepções dos participantes, antes do curso, eram embasadas no senso comum e após o curso verificou-se significativas mudanças, pois apareceram alguns conceitos da teoria piagetiana em seus discursos. Concluímos que tal resultado indica que a formação de professores, inclusive a formação continuada, é fundamental para que ocorram mudanças de concepções e consequentemente nas práticas voltadas para o desenvolvimento moral na escola.

Palavras-chave: Formação continuada, Concepções de professores, Desenvolvimento moral, Escola, regras.

RULES IN SCHOOL: CONCEPTIONS OF PARTICIPANTS OF A UNIVERSITY EXTENSION COURSE

ABSTRACT

Managers, teachers, students and their families recognize the importance of rules for living in the school environment, but they believe that enforcing rules related to the discipline and control of child behavior is the way to educate morally. In this sense, the objective of this research was to investigate the initial and final conceptions of participants of a continuing education extension course about working with rules. The data analysis was based on qualitative categorization and content analysis procedures, the results indicated that the participants' conceptions, prior to the course were based on common sense and after the course there were significant changes, as the apparition of some concepts of the Piagetian theory in their speeches. We conclude that this result indicates that the formation of teachers, including continuing education, is fundamental for changes in conceptions and consequently in the practices aimed to the moral development in school environment.

Keywords: Continuing education, Teacher conceptions, Moral development, School rules

INTRODUÇÃO

Leis, regras, normas e crenças existem em todas as sociedades e exercem importante influência na construção da personalidade de qualquer ser humano (DIAS, 2005). De forma geral, em instituições educativas, como a escola, encontramos regras que interferem nas relações interpessoais, logo, no desenvolvimento moral dos alunos. A vida em sociedade requer a existência de regras para a regulação da convivência entre as pessoas. Na escola não é diferente, além de regular a convivência as regras são importantes como um procedimento pedagógico de construção de valores para o

exercício da democracia, e para a conquista da autonomia moral (CALIL, 2013).

Para Dias (2005), a escola desempenha um papel importante na formação sóciomoral dos indivíduos, nesse sentido, quando existe uma preocupação da instituição com o desenvolvimento e a socialização dos alunos, noções como o dever, o respeito as regras e os princípios morais devem ser contempladas. Neste cenário, é indispensável que a escola, desde a educação infantil, aborde questões morais junto aos alunos para que estes possam integrar, no desenvolvimento da sua personalidade, princípios morais e, assim, agir de forma ética em seus relacionamentos interpessoais. Vinha (1999) afirma que apenas a aprendizagem dos conteúdos curriculares não é suficiente para despertar nas crianças e adolescentes a capacidade de refletirem sobre as suas ações ou ações de outras pessoas. Nos cursos de formação de professores, existe um número razoável de disciplinas que abordam o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos como um todo, entretanto, como salientam Tognetta e Vinha (2007, p.9-10) "[...] pouco ou nenhum tempo é destinado ao conhecimento de como as crianças e adolescentes desenvolvem-se moralmente e, portanto, de como constroem entre si as regras de um bom relacionamento".

Considerando que nos cursos de formação inicial e continuada de professores os temas voltados para o desenvolvimento da autonomia moral ainda são pouco ou nada abordados, por isso, professores do departamento de Educação da Unesp de São José do Rio Preto, SP, ofereceram o curso de extensão, na modalidade Difusão de Conhecimento, Teorias da moralidade voltadas para a prática docente. Tal curso proporcionou reflexões sobre o papel da escola quanto ao desenvolvimento moral, a partir das teorias de Jean Piaget e de Lawrence Kohlberg. Investigou-se as concepções dos participantes sobre temas abordados no curso, no início e depois de concluírem as 30 horas de formação.

Os dados apresentados e analisados nesse texto caracterizam as concepções dos participantes do curso especificamente sobre as formas de lidar com as regras na escola. Concordamos com Cunha (2000) de que é preciso, primeiramente, considerar as concepções que os profissionais da educação apresentam, pois são sujeitos mediadores na formação moral dos alunos. Além disso, partimos do pressuposto de que a forma como os sujeitos concebem estes fenômenos morais podem influir em suas ações educativas, norteando, por vezes, suas próprias práticas pedagógicas.

Diante do exposto, o objetivo dessa pesquisa foi investigar as concepções iniciais e finais de regras no ambiente escolar.

METODOLOGIA

O curso de extensão universitária, modalidade Difusão do Conhecimento, intitulado Teorias da moralidade voltadas para a prática docente teve como objetivo proporcionar espaço para estudos, discussões e reflexões acerca temas que compõem as situações vivenciadas no ambiente educacional e o desenvolvimento moral infantil. A pesquisa foi submetida à apreciação da Comissão de Ética e recebeu parecer favorável para sua execução com o número 983.537.

O curso iniciou com 23 participantes, entretanto, no decorrer, alguns foram desistindo e outros começaram a participar depois do início. Por isso, tomou-se como critério selecionar para a pesquisa apenas os participantes que participaram do curso desde o início ao fim. Desse modo, os participantes do curso, que são os sujeitos desta pesquisa, são 8 estudantes de licenciatura (identificados como E1, E2...E8), e 7 profissionais da educação (identificados como P1, P2...P7) que atuam em escolas públicas e particulares da cidade de cidades do interior paulista. Com relação à formação, 90% dos que não concluíram o ensino superior são estudantes de Licenciatura em Pedagogia. Já os participantes graduados, 61% possuem formação em Pedagogia.

Para coletar e posteriormente aferir as respostas dos cursistas foram confeccionados dois questionários, o primeiro do tipo pirâmide, cuja parte inicial possui questões fechadas que tinha como desígnio traçar o perfil socioeconômico dos sujeitos da pesquisa, já a segunda parte apresentava questões abertas sobre os temas desenvolvidos no decorrer do curso. Na etapa final, as mesmas questões abertas usadas no primeiro questionário e foram acrescentadas outras sobre possíveis mudanças na prática pedagógica dos [futuros] profissionais da educação.

O objetivo foi a comparação entre as respostas, a fim de aferir a mudança de concepção sobre o papel da escola no desenvolvimento moral. Para isso o conteúdo das

respostas foi submetido a um qualitativo de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977).

RESULTADOS

Iniciamos as análises a partir das duas primeiras questões: o professor deve trabalhar regras de boa convivência? Por quê? O questionário aplicado no início do curso está denominado por A e o aplicado ao final por B.

No questionário A, todos os participantes da pesquisa responderam afirmativamente a primeira questão, e a justificativa, ou seja, o por que, baseou-se na ideia de que por meio das regras o professor pode estimular nos alunos a convivência com as diferenças e convivência em sociedade. Tal posicionamento pode ser visto nas seguintes afirmações: *"O professor como um orientador deve estimular o convívio com a diferença, principalmente sabendo que cada ser é individual e único" (E.2) "Para que esse aluno consiga conviver em sociedade no futuro (desenvolver as habilidades sociais" (P.3).* Outros participantes acreditam que deve-se trabalhar regras para reforçar o que os alunos "trazem de casa". Há ainda os que enxergam na escola uma instituição promotora da socialização, ensinando os alunos a viverem em sociedade. Contudo, foi possível notar nas respostas que a regra está apenas ligada ao convívio, relacionando-a ao bom funcionamento da aula. *"Para estabelecer um bom relacionamento da sala" (P.1) "Para um bom funcionamento da sala de aula com o professor" (P.2).*

No questionário B, aplicado ao término do curso, as repostas para as duas primeiras questões destacaram os combinados, ou seja, é possível que professores e alunos combinem o que pode e o que não pode fazer, e em quais momentos, geralmente tais combinados são ilustrados por meio de um cartaz que é deixado na sala. Exemplos dessas ideias são apresentados a seguir: "De uma forma discreta, se é apenas um aluno ou um pequeno grupo de alunos, tenta-se conversar com eles em um ambiente separado do outro grupo, sem chamar a atenção ou fazer ameaças (humilhação, exposição negativa) na frente de todos ou outros. Também os conflitos que acontecem no dia a dia são utilizados em rodas de conversa par fazer com que todos reflitam sobre as "regras" para boa convivência" (P.5), *"Organizo uma lista junto com os alunos o que é permitido e o que não é, é feito em forma de cartaz e colocada na sala de forma que as crianças possam ver todos os dias". (P.7)*

A terceira questão analisada é sobre o porquê as crianças, por vezes, não obedecem às regras. No questionário A, a maioria dos participantes relacionaram tal postura das crianças à falta de limites, ou seja, acreditam que os pais das crianças não colocam limites suficientes no comportamento dos filhos. *"Porque não devem respeitar as regras também, talvez não tenha nos pais uma figura de respeito, porque a família não prioriza regras, a criança tem liberdade de fazer o que quiser quando quiser" (P.2), "Porque muitas vezes em casa não tem regras nem limites" (P.9).*

Outra ideia que surgiu foi a relação da não obediência ao não entendimento das regras pela criança, ou seja, as crianças não compreendem para que serve a regra. Selecionamos alguns trechos: *"Porque não entendem sua razão, para que servem" (E.4), "Porque, acredito, que não são explicadas as funções e as necessidades daquela regra que não é seguida. Se as crianças não entendem o porquê da regra ela não obedece" (E.8).*

No questionário B, as respostas dos participantes sobre a não obediência destacaram dois aspectos, o primeiro foi sobre a imposição e ausência de sentido e o segundo aspecto associou as situações de não obediência a fase do desenvolvimento moral em que as crianças sem encontram. Vejamos alguns exemplos: *"Na maioria dos casos as regras são arbitrárias e vistas como desnecessária por que as obedece" (P.3)*, *"Há uma gama de fatores a ser levada em consideração, dentre elas a questão da heteronomia, o fato de não se sentir pertencente àquele grupo"* (E.3).

Na última questão aqui abordada, que buscou saber dos participantes o que fazer com os alunos que não obedecem às regras, tanto no questionário A quanto no questionário B a maior parte do grupo acredita que a melhor estratégia é a conversa, o diálogo. Para eles, o que se deve fazer é levar os alunos a se conscientizarem, conhecerem as regras: *"Explicar as regras, os porquês existem, qual sua função" (E.8), "Um trabalho de conscientização, muita conversa" (P.6).*

DISCUSSÃO

Embora a maioria dos participantes tenha respondido que o professor deve trabalhar regras para estimular o convívio em sociedade, existe

uma concepção de que as regras na escola estão relacionadas apenas ao funcionamento da aula, em nome da disciplina, da aprendizagem ou do bom andamento da rotina. Menin (1996) considera que, ao querer disciplinar os alunos, as escolas estão favorecendo a manutenção da heteronomia, pois a manutenção ocorre quando há relação de coação entre professor e aluno, quando nas atividades que são realizadas individualmente nos quais impede as trocas sociais entre os alunos, na imposição de regras desnecessárias. Ao impor regras, os educadores acabam impedindo que os alunos vivenciem situações para aceitação interior das normas. Nesse sentido, os alunos acabam apenas se sujeitando as regras por medo de punições.

Além disso, é muito comum os professores falarem dos combinados que fazem com os alunos, sobre o que pode e o que não pode ser feito em sala de aula, no entanto, é necessário refletir: os combinados são os mesmos para todas as salas? Como os combinados são feitos? O professor diz o que é certo e errado ou as crianças tem espaço e oportunidade apresentam as ideias que possuem sobre aquilo que não é aceitável? E por último, será que olhar para um cartaz todos os dias é suficiente para que as crianças respeitem os combinados? Sobre o trabalho com regras, Vinha (2000, p. 257) recomenda que

> [...] o educador tenha o cuidado de não se antecipar construindo algumas regras antes que os problemas surjam, mas esperar que as situações apareçam espontaneamente para colocá-las aos alunos. [...] Assim, não se combinam todas ou as principais regras apenas no começo do ano, mas somente após as crianças sentirem a necessidade delas existirem. E novas regras vão sendo acrescentadas, ou mesmo sendo mudadas, quando for preciso, ao longo do ano, num processo de negociação constante (VINHA, 2000, p.257).

Ademais, alguns profissionais da educação não enxergam a escola como um lugar de aprendizado de convivência respeitosa. Ainda existe a crença de que somente a família é responsável por trabalhar regras, princípios e valores, e muitos profissionais tem a expectativa de que as crianças cheguem “prontas” para a boa convivência na escola (OLIVEIRA, 2011). Para metade dos participantes, a desobediência das crianças em relação às regras da escola se traduz pela falta de limites, e isso indica um fracasso da família neste aspecto.

Para Menin (2007) o trabalho com regras morais dentro da escola é necessário e importante, a moral deve ser considerada um tema transversal, portanto deve ser abordada por diferentes disciplinas e em diferentes espaços, além das regras a escola deve posicionar-se em relação a certos valores fundamentais, como a justiça, o respeito, o diálogo, necessários à formação autônoma dos alunos, de modo que os valores morais, as regras e os princípios que orientam a tomada de atitudes sejam conhecidos por todos, outro ponto importante é a capacidade para o diálogo, habilidade fundamental que deve ser exercitada por alunos, professores e demais funcionários da escola.

Novamente, é possível notar que houve uma mudança no discurso dos participantes, quando comparado os questionários A e B. Neste último, é notório que as respostas contêm referências à teoria estudada e às discussões realizadas. A teoria piagetiana sobre o desenvolvimento da moralidade infantil é complexa pelos seus conceitos e desdobramentos, dificilmente cursos rápidos e leituras superficiais garantem uma aprendizagem significativa. O curso de extensão universitária oferecido aos participantes dessa pesquisa teve duração de oito meses, e apesar da carga horária ser relativamente baixa, notamos, por meio dos dados apresentados anteriormente, que conceitos importantes foram relatados, dando início a um processo de reflexão sobre os temas estudados.

CONCLUSÃO

Esse artigo objetivou investigar as concepções que participantes de um curso de extensão têm sobre como lidar com as regras da e na escola. Os resultados da pesquisa demonstram a preocupação dos profissionais da educação e futuros professores sobre como possibilitar que as crianças se desenvolvam moralmente. Entretanto, têm dificuldades ao agir

para atingir esse objetivo. No questionário A, aplicado no início do curso, os participantes apresentaram concepções baseadas no senso comum, com responsabilização da família e defesa de práticas que reforçam a heteronomia dos alunos.

Já as respostas apresentadas no questionário B, aplicado ao final do curso, indicam que houve mudanças em seus discursos. Comparando as concepções finais com as iniciais sobre a temática das regras, nota-se que o curso proporcionou mudanças positivas: a) os participantes compreenderam que o professor deve trabalhar regras, pois a escola é um espaço social e sua postura pode favorecer o desenvolvimento moral dos alunos; b) houve um entendimento de que situações de não respeito as regras não é somente falta de limites, muitas vezes, o aluno não segue as regras porque estas estão "fora" da sua consciência e presas a uma autoridade ou figura de prestígio, quando as crianças participam da elaboração das regras ou combinados, as chances delas respeitam são bem maiores; c) o diálogo foi considerado a peça fundamental quando o assunto é criar um terreno fértil para a autonomia moral.

Contudo, não podemos descartar a possibilidade de as respostas estarem em um plano teórico apenas, ou seja, não necessariamente os discursos serão colocados em prática. Enquanto pesquisadoras, temos consciência de que apenas um curso não é suficiente para darmos vida a profissionais transformados, sabemos que ainda persiste entre os educadores e futuros educadores a ideia de que os adultos devem resolver os problemas ou conflitos para a criança, em vez de contribuir para que elas construam soluções pacíficas e justas para melhorarem a convivência em sociedade.

De acordo com Dias, Schwartz e Lisboa (2014) é essencial capacitar os profissionais envolvidos no dia a dia da escola, tal capacitação dará oportunidade para que tais profissionais adotem condutas disciplinares positivas, com normas claras e consistentes, ofereçam suporte afetivo em momentos de estresse, estimulando o respeito mútuo, o equilíbrio e laços afetivos. Após a análise dos dados apresentados aqui, pode-se afirmar que o curso de extensão universitária "Teorias da moralidade voltadas para a prática docente" possibilitou mudanças nas concepções dos participantes sobre a temática das regras na escola, mas como todo estudo inicial resulta em mais perguntas do que respostas, originando mais investigações.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo** Lisboa: Edições70 (Trabalho original publicado em 1977).

CALIL, J. A. B. C**. Concepção e implementação das regras na escola**: a visão de equipes gestoras de escolas públicas de uma cidade do interior paulista. 2013. 221f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, São Paulo, 2013.

CUNHA, D. A. S. B. O discurso sócio moral de professoras de pré-escola. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO. 23., 2000 Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2000,

DIAS, A. A. Educação moral e autonomia na educação infantil: o que pensam os professores. **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v.18, n.3, p. 370-380. 2005.

DIAS, T. O.; SCHWARTZ, C. B.; LISBOA, C. S. M. Comportamentos agressivos no contexto escolar. In: BORSA, J. C; BANDEIRA, D. R. (orgs.) **Comportamento agressivo na infância**: da teoria à prática. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014, p. 223-237. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-79722005000300011. Acesso em: 14 abr. 2017.

MENIN, M. S. S. Desenvolvimento Moral: Refletindo com pais e professores. In: MACEDO, Lino de (org.). **Cinco estudos de educação moral**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

MENIN, M. S. S. Escola e educação moral. In: Adrian Dongo Montoya. (Org.). **A contribuição da Psicologia para a Educação**.Campinas: Mercado das Letras, 2007, v. 01, p. 45-62

OLIVEIRA, S. S. **O desenvolvimento da moralidade infantil e o educador**. Monografia (Trabalho de conclusão de curso) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. – Campinas, SP, 2011.

TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. A prática de regras na escola: ambiente autocrático X ambiente democrático. In: ENCONTRO SOBRE EDUCAÇÃO

MORAL: ÉTICA NA PÓS-MODERNIDADE,1., 2007, Rio Claro, **Anais...** Rio Claro, 2007. v.1. p.1-17.

VINHA, T. P. **O educador e a moralidade infantil**: uma visão construtivista. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 2000.

Recebido para publicação em: 14/08/2017
Revisado em: 19/09/2017
Aceito em: 24/09/2017